

# RELATO BIBLIOTECONÔMICO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O CURSO DIREITOS HUMANOS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

LIBRARIANSHIP EXPERIENCE REPORT ON THE HUMAN RIGHTS FOR SOCIAL  
TRANSFORMATION COURSE

Marcelo Calderari Miguel, Universidade Federal do Espírito Santo -  
marcelocalderari@yahoo.com.br

## Eixo Temático 4: Ciência da Informação: diálogos e conexões

### INTRODUÇÃO

Construir a vivência profissional e pessoal com talento representa um longo processo, permeado por um conjunto de atividades, decisões complexas e sociabilidades. O percorrer das trilhas da educação continuada, do desenvolvimento profissional e a aprendizagem ao longo da vida é um processo educacional, que é um componente essencial para sucesso das pessoas e das instituições.

O encontro desses profissionais traz à pauta fatores influentes para se pensar a biblioteconomia e arquivologia como esferas sociais e dinâmicas. É bem evidente que o bibliotecário engajado nessa missão tem um campo de atuação amplo. É claro que outros fatores também se manifestam, mas, de qualquer forma, defendemos a tese de que preservar o cunho liberal e humanista da profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana é o maior legado para o desenvolvimento e sucesso de um profissional.

Assim, o presente relato de experiência comunga da ideia de uma biblioteconomia social, crítica e progressista. A satisfação pode desencadear novas oportunidades para bibliotecários e arquivistas, principalmente, provocando o aperfeiçoamento do indivíduo, na medida que ele busca ampliar seus conhecimentos e, para isso, a dedicação a capacitação é de fundamental importância e interfere, intensamente e diretamente na nossa práxis como meio de formação humanística e humanização.

Diante desse painel é preciso desmistificar certos preconceitos a respeito de muitas profissões, sobretudo quanto a essa área da biblioteconomia e arquivologia



que muito evoluíram nas últimas décadas e, que abundantemente podem contribuir para o desenvolvimento social da nação. Se de um lado as práticas bibliotecárias datam de tempos imemoriais, cotidianamente englobam a integração inter e multidisciplinar para se reinventarem diante dessas tecnologias que prosseguem. Assim, frisa a fala de Ortega Y Gasset (2006, p. 67) ao proferir que “[...] essa profissão [a Biblioteconomia] é uma das mais importantes que se pode imaginar”.

Nesse patamar, pode-se falar que a Biblioteconomia encanta mundos e sujeitos. Cativa, principalmente àqueles que se colocam a serviço da disseminação da informação e geração de conhecimentos, no intento de materializar uma sociedade democrática e cidadã (ANNA, 2017). O pesquisador ainda cita que a serviço da sociedade, uma postura democrática, dialógica e pautada na pesquisa e consolidando práticas de ensinar aprendendo se erguem no âmbito da biblioteconomia.

A partir dessas considerações, este relato objetiva relatar as principais atividades observadas pelo bibliotecário e recém-formado arquivista, que participou do curso de Direitos Humanos para Transformação Social, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo do treinamento foi desenvolvido pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega e o Conselho para Cooperação Internacional da Suécia. Assim, o material utilizado no curso foi produzido com ajuda de grupos em diversos países, tais como Egito, Quirguistão, Jordânia, Tanzânia, Índia, Siri Lanka e Nigéria, além de países europeus onde se aborda o paradigma internacional de Direitos Humanos da ONU. Vejamos a seguir algumas práticas e momentos trilhados no decorrer dessa trajetória de aprendizagens mútua - num processo construído e reconstruído continuamente.

## **UM BREVE DISCURSO TEÓRICO**

A aprendizagem não se inicia com a formação dentro da academia de ensino superior e em espaço de Educação formal. Ao contrário, a aprendizagem é iniciada na socialização primária/secundária, perpassando toda a vida universitária e profissional, considerando a necessidade de educação continuada demandada pelo mercado de trabalho da atualidade (REAL *et al.*, 2017).



Sendo assim, Freire (2006) corrobora ao apontar que a interação entre o fazer docente e o aperfeiçoamento profissional, como também defende a necessidade de reconhecimento acerca dos papéis exercidos por discentes /docentes, ao situar três pilares imprescindíveis que devem sustentar a prática docente, que são: 1 - consciência de si e do outro; 2 - a corporificação do “eu social” (ser democrático); e 3 - a instrumentalização do fazer profissional (conhecimento teórico-prático).

No contexto institucional sabe-se que, em nosso planeta, com a tecnologia cada vez mais reduzindo as distâncias e facilitando o acesso à informação/serviços. Por outro lado temo atores em nosso País e em todo o mundo que continuamente representam uma ameaça notadamente às pessoas mais humildes para que não usufruam dos direitos humanos básicos:

Estes são direitos universais que protegem indivíduos e grupos contra ações que possam interferir em suas liberdades e dignidade. Ou seja, [...] Uma das características dos direitos humanos é o seu caráter coletivo. É a alteridade influenciando as formas como se estabelecem as relações sociais entre povos de uma mesma cultura e também de maneira intercultural. Busca-se, por conseguinte, validar as garantias fundamentais humanas contra todo e qualquer tipo de violação [...]. Sempre que ocorrem atrocidades em escalas mundiais, como atos terroristas, chacinas ou mesmos crimes bárbaros que ganham grande comoção pública, os debates soe os direitos humanos vêm à tona e, ganham ainda mais destaque. O tema ultrapassa, assim, os espaços acadêmicos e jurídicos alcançando as mais diferentes camadas populares. Romper com alguns mitos e preconceitos torna-se de suma importância, considerando a relevância dessa questão para o bem-estar comum. Afinal, reconhecer o seu valor é respeitar a diversidade e às diferentes configurações de modos de ser e de gestar a vida humana (SOUZA, 2019, p.1).

Ainda mais quanto às camadas mais pobres da sociedade da América Latina são profundamente afetadas. Nesse contexto, as bibliotecas e arquivos tem um desafio natural, porém, a escassez de recursos dificulta tudo. Nesse cenário tem grande importância a questão de documentar violações dos direitos humanos – portanto, é direito e dever de todo cidadão denunciar violações aos direitos humanos. Isso vem ofertar melhorias no modo de agir (transformar) e se pensar em políticas públicas.

As violações dos direitos humanos devem ser documentadas para se resolver processos de ocupação e conflitos em torno dos povos indígenas, dos negros, da migração e imigração, da desigualdade social e de diversas outras possibilidades que não se abre para a visibilidade das pessoas com deficiência, das populações



em situação de rua, a vulnerabilidade das pessoas idosas, das pessoas em restrição de liberdade, da população LGBTQIA+, dos povos e comunidade tradicionais (ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades) e das crianças e adolescentes. Assim, todos têm a ganhar.

## **MÉTODO DA PESQUISA**

A experiência relatada neste texto refere-se a um relato de experiência, realizada por um bibliotecário e recém-formado arquivista, atuante como pesquisador na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Trazer o tema Direitos Humanos para Transformação Social pode parecer capcioso, mas central, no atual momento político do Brasil – o país foi incluído em *ranking* de países onde a situação dos direitos humanos é considerada ‘preocupante’ e o Comitê de Direitos Humanos da ONU encaminhou alguns documentos com questões tenebrosas (por ameaças à democracia e aos direitos humanos) no governo Jair Bolsonaro.

Neste estudo, o interesse é compreender o desenvolvimento pessoal dos participantes, recontá-lo e reconstituí-lo, a ponto de identificar as experiências que o influenciaram. Por esse motivo, a narrativa na forma de história de vida e de formação foi a via que permitiu relatar a experiência, reconstruindo os sentidos, dá significado a temática da capacitação que converge em diálogos e conexões interdisciplinares. O fio condutor que estabelece, que sustenta a análise, perpassa por experiências acontecidas na formação e o significado que agora adquiriram para o narrador. Os trechos vivenciados e relatos são uma forma de autointerpretação, de compreensão e de expressão que levaram a uma compreensão de como deram sentido ao que fizeram (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTEÚDOS ABORDADOS E ATIVIDADES**

A sessão apresenta um relato de experiência, e tem como principal objetivo treinar os interagentes, capacitá-los para agirem em seus contextos locais no enfrentamento dos desafios socioeconômicos de suas regiões.

Consta que o curso aborda assuntos necessários à prática bibliotecária em unidades de informação, sejam elas físicas ou digitais. Especificamente, a



capacitação viabiliza aos participantes a possibilidade de conhecerem as estratégias para documentar a violação aos direitos humanos. Destaca-se que um dos principais objetivos de um profissional da informação é contribuir no planejamento de recursos informacionais e mediar informações em todas as dimensões da vida e assim:

No nosso entendimento, a vida se reparte em quatro fases, vividas nos seguintes períodos: dos 0 aos 30 anos, 31 aos 60 anos, 61 aos 80 anos e a dos 81 aos 100 anos, esta última chamamos de “quarta idade”. Mas a vida não é só o corpo ou o espírito, ela pode ser pensada sob seis dimensões que seriam: “física” (corpo humano); “intelectual” (conhecimento); “emocional” (controle dos sentimentos); “social” (relação com o nosso exterior); “afetivo” (relação com as outras pessoas); e o “espiritual” (relação com as forças e energias sobrenaturais). Percebemos que estas dimensões atingem os seus ápices em diferentes momentos da nossa existência (NASCIMENTO; CULLETON, 2014, p. 1).

Assim, a documentação dos direitos humanos envolve a organização e disseminação da informação, tendo em vista, incorporada aos acervos das unidades de informação, os itens: matérias produzidas, relatos orais, imagens e outros tipos possíveis de recursos.

Isto envolve atividades realizadas no decurso da atuação como profissional ou não, as diversificadas os direitos de sujeitos e grupos socioculturais considerados diferentes do ponto de vista de suas características étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, como apontam Fernandes e Candau (2022). E assim o grupo oportunizou possibilidade de pensar essas vivências, como dinâmicas em que os participantes dramatizaram situações em que ocorrem violações aos direitos humanos.

As práticas de mediação informacional tornavam-se mais dinâmicas e flexíveis no decorrer da capacitação, de modo a motivar os participantes a participarem das atividades, sentindo-se comprometido com a temática, ou seja, como dizia Freire (2006), tanto os discentes quanto o professor, são vistos como partícipes do processo de produção de conhecimento.

Sendo assim, foi solicitado aos participantes pensarem em palavras que sinalizem para a questão ‘o que precisamos para viver a vida feliz?’<sup>1</sup>. Nessa dinâmica busco interpretar valores socialmente diferenciados para a visão da vida,

<sup>1</sup> O começo curso foi iniciado com a indagação ‘o que precisamos para viver uma vida feliz?’, isto é direitos humanos, porque direitos humanos, numa linguagem mais formal, jurídica e política nada mais são do que uma tentativa de expressar o que precisamos para viver uma vida feliz.



realizando um exercício de alteridade (agir com empatia, respeito e tolerância). No momento posterior, foi aberto espaço para a escuta ativa – que é quando, durante o diálogo, quem ouve volta toda a atenção para o diálogo exclusivamente e, assim, mantém a conversa eficiente, possibilitando compreender todas as falas do outro colega sem interrupções.

O mediador da capacitação solicitou também a leitura de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Essa atividade, dando sequência a anterior, sendo uma etapa transformadora para a concepção de um mundo melhor, alocamos a palavra sobre o que ‘precisamos para viver uma vida feliz’ em uma mesa que continha 30 folhas, da qual com um artigo da DUDH. Tudo (os *Post-it notes* as expressões da vida feliz) foi alocado nessas folhas da DUDH – o seja ela contempla nossos anseios e dessa forma foi elaborada com a participação e lutas de muitas pessoas e autoridades.

Não resta dúvida de que a leitura básica da DUDH representou uma das maiores exigências para reflexão de alocar nossos anseios, acompanhada também da leitura da reflexão e ligame entre os artigos expressos da DUDH. Como estratégia de motivação da leitura todos os trabalhos em grupos e roda de conversa, foram a estratégias para desenvolver a competência informacional nos participantes, além do espírito crítico em argumentar as ideias.

Assim, questões problematizadoras sobre as DUDH eram levantadas e os interagentes eram motivados a encontrar soluções práticas, no intuito de tornarem-se capacitados a tomar decisões, atividades afins atreladas ao *Brainstorm* (chuva de ideias) e ao empowerment (empoderamento) – a ação social de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis.

A relação letra da lei e a prática cotidiana, também foi essencial nessa capacitação, visto que seu objetivo é projetar a competência em informação. Para tanto, consolidou-se outras atividades envolvendo a classificação de frequência, amplitude e gravidade das violações. Assim, se a vida feliz é uma questão de identidade, observa-se que violar direitos também é violar a identidade de alguém – formas de preconceitos e discriminação, expressam bem essa esfera em que se



priva alguém de sua felicidade, pode-se atribuir a essas práticas o senso de violência.

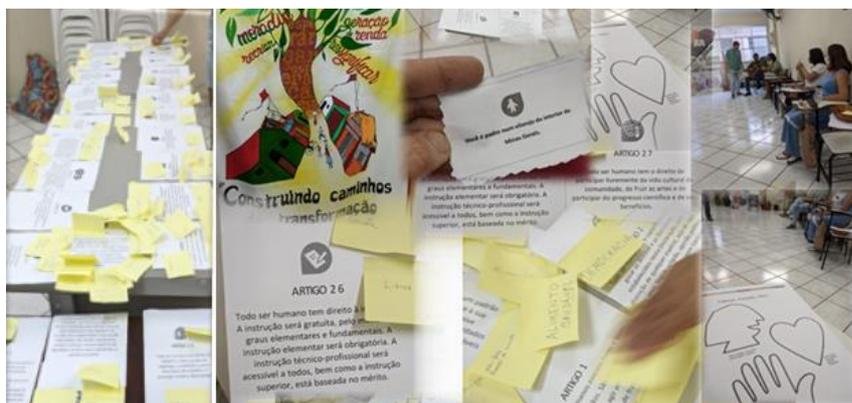
Visando aprimorar as atividades práticas, com vista a visualizar na prática os processos recomendados pela DUDH na concretização no âmbito real, debateu-se a necessidade de notificar as violações aos direitos humanos – a matriz de violação estabelece três interfaces que são: i) preconceitos, ii) privações, e iii) violências. O registro paralelo situa a frequência, campo e gravidade.

Em síntese, mostrou-se que no Brasil o debate dos DUDH foi tardio tanto na participação como na adoção, afinal o país vivenciou o regime militar (1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares) sem quaisquer aberturas aos debates dos direitos, e assim totalmente excluído do cenário global, se projeta (e introjeta), avançados nas concepções de humanidade.

Importante destacar, que a prática de mediação da informação no curso de capacitação foi diversificada, de um modo geral estiveram pautadas no método estabelecido por Freire (2006, p. 67), haja vista desenvolver uma prática educativa conduzida pelo diálogo e pela aprendizagem compartilhada, posto que a educação “dos novos tempos deve ser comprometidora e libertadora”.

Logo, a capacitação seria sustentada pelo diálogo, pelo compartilhamento de informações e pelo respeito, consolidando uma prática democrática como ensinado por Freire (2006). Arelado a isso, os interagentes realizaram atividades coletiva (em grupos), e os resultados e reflexões foram socializadas no salão do Cebi – ES (centro de Vitória), por meio de rodas de conversa como forma de interação.

**Figura 1** – Atividades do Curso de Direitos Humanos para Transformação Social



Fonte: os autores, Vitória, Cebi-ES, sábado 25 jun. 2022.



Em virtude desse intercâmbio entre participantes e mediado pelo (professor da Faculdade Unida de Vitória), o curso de capacitação mostra que aprender é buscar o ensino contínuo, e repercutá-lo. Assim, Freire (2006, p. 15) alegou é ensino “porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

No caso específico da experiência aqui relatada, para que as atividades oferecidas pela capacitação alcançassem o objetivo maior, que era proporcionar a fluidez de ideias, além de despertar para a prática da pesquisa, compartilhamento de informações e autorreflexão, em consonância com a realidade que cerceia os DUDH. Assim, frisa-se que o curso ‘Direitos Humanos para a Transformação Social’ pode-se afirmar é um treinamento e uma experiência exitosa – desenvolvido pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega e do Conselho para Cooperação Internacional da Suécia, com a ajuda de grupos em diversos países, como do Egito, Jordânia, Tanzânia, Índia e da Europa – buscou debater o paradigma internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) no contextos locais no enfrentamento dos desafios socioeconômicos do Brasil.

Todavia, atrelado a essas atividades, outros debates e conversas foram realizados, por conseguinte, outros recursos também foram utilizados, com destaque especial para as leituras, compartilhamento de fotos, diálogos nas redes sociais para mostrar que a DUDH não é uma utopia e nem é uma dimensão incipiente da vida, mas algo que é criado, organizado e multipolarizado por tecnologias de poder.

Destarte, em consonância com o relato de Anna (2017, p.) também podemos “ênfatisar que, O desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensar e aprender estruturados dentro de um ambiente adequado é necessário para promover mudanças e inovações, levando a uma melhoria significativa” dentro e fora das paredes corporativas.

No que tange a questão de ‘avaliar’ um treinamento e obter o *feedback* para melhorar os programas aponta-se que, como arguem Campos, Miguel e Silveira (2017, p.53), a avaliação não é fim em si, mas deve ser realizada com objetivo de explanar oportunidades de aplicabilidade de Boas Práticas (*best practices*), melhoria



e inovação. Esclarece-se que na experiência pessoal o curso foi visto como forma de empoderamento civil para lutar pelos direitos fundamentais, adentrando no enfoque da proteção da dignidade do ser humano (em uma nação de profunda desigualdade social e um povo com múltiplas vulnerabilidades), como um processo que envolve a construção de políticas públicas eficientes, é fundamental para a evolução da sociedade.

Em um contexto de educação democrática, esse bibliotecário e arquivista precisa analisar as circunstâncias de cada ambiência, e com base em uma medida estratégica, contínua e segura deve assegurar a melhoria de serviços e das unidades de informação em prol da cidadania, do DUDH e do direito à informação e a liberdade de informação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procura-se... Completude, costuras ou simplesmente cordel.  
Um simbólico retalho, relatos orais, pessoas reais [...]  
Em tempos de pandemia, busco recomendações vitais, oralidade e sinergia.  
Para pendurar a cada dia, em cordas, cordéis e barbantes, a sensação da vida [...] (MIGUEL, 2021, p.268).

Este texto relata a participação de um bibliotecário e recém-formado arquivista, considerando o contexto ou circunstâncias a que se manifestou, a experiência de participar do Curso de Capacitação em Direitos Humanos para Transformação Social, uma ação promovida pela Faculdade Unida do município Vitória e tem o objetivo de capacitar os agentes sociais para agirem, dentro de suas realidades locais, no enfrentamento dos desafios socioeconômicos da sociedade brasileira contemporânea.

Os conteúdos abordados e as atividades de mediação envolvem a defesa dos direitos humanos e dos princípios cristãos. Optou-se por utilizar, ao longo do curso compartilhamento de informações e motivando os participantes para ação, além de desenvolver conteúdos para autorreflexão e crítica da realidade, de modo a interferir na postura do profissional frente ao mercado de trabalho.

Por meio desse método, percebeu-se, ao final do curso de capacitação, a satisfação de demais participantes em desenvolver as atividades propostas, como também observou o engajamento com as atividades investigativas, aumento da



capacidade inovadora, argumentativa e decisória, fato esse que confirmou a importância das práticas de mediação da informação na formação pessoal dos sujeitos envolvidos.

Como prova dos esforços despendidos no Centro de Estudos Bíblicos do Espírito Santo<sup>2</sup> ocorreu um momento de confraternização expandindo o debate sobre a ‘transformação social’ do DUDH, e na hora do cafezinho, podemos comentar as questões dos DUDH como um debate necessário e urgente à Ciência da Informação. No que tange ao aprendizado sobre DUDH adquirido pelos interagentes, constatou-se a ampliação de conhecimento, uma vez que o método utilizado pautou-se nas propostas freireanas, em que o conhecimento deve ser socializado de forma dialógica, integrada, democrática e recíproca. A relação dialógica firmada com o mediador e os outros participantes<sup>3</sup> permitiu a (re)construção de valores e de opiniões por parte do conhecimento prévio da Carta Magna do Brasil e da Resolução CFB nº 207/2018, que aprova o Novo Código de Ética e Deontologia da(o) Bibliotecária(o) brasileira(o).

Além desses pontos positivos para a formação contínua para a vida, percebeu-se, também, que o curso de capacitação apresenta valor para se pensar à missão do bibliotecário. Evidenciou-se que o conhecimento adquirido coletivamente contribuiu no desenvolvimento pessoal e comunitário, frisando que as violações dos direitos humanos devem ser documentadas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a *Faculdade Unida de Vitória* na pessoa do seu docente *Graham Gerald McGeoch*, por abrir as passagens ao pleno debate dessa temática – congregando, na perspectiva da diversidade o alcance de novas concepções para o âmbito universitário, institucional e ativista – que contribuir para

---

<sup>2</sup> Agradeço ao Centro de Estudos Bíblicos no Espírito Santo (CEBI-ES), que cedeu o espaço e esforços para realização do encontro presencial, dividindo conosco tanto conhecimento e sabedoria nesse Curso de Extensão. O CEBI-ES vêm fazendo a ‘Leitura Popular da Bíblia’ e nesse percurso medeia construindo caminhos de transformação com as periferias

<sup>3</sup> Além dessas pessoas e das instituições a qual regracio, destaco também a colaboração dos demais participante – por incentivar e apoiar a minha experiência pessoal, por demonstrarem a habilidade da escuta ativa (capacidade de ouvir e compreender uma mensagem que é transmitida por alguém, de forma a demonstrar um interesse verdadeiro) e por descortinar, ainda, que são cidadão atuantes, multiplicando o ideal e a percepção de que a luta pela paz pode ser ainda mais gratificante.



termos mais agentes sociais comprometidos com a melhoria de suas comunidades. A Unida tem um enorme função social na Grande Vitória e acredita que a educação é fomentadora da ética, da crítica e do espírito de cooperação; assim, a ética é elemento insubstituível na denúncia das injustiças, na proposição de soluções para os óbices jurídicos, políticos, sociais, lógicos, culturais e éticos na construção de relações mais fraternas.

## REFERÊNCIAS

ANNA, Jorge Santa. O encanto pela biblioteconomia: relato de experiência de docência voluntária. **Biblionline**, v. 13, n. 4, p. 90-99, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37157. Acesso em: 24 jul. 2022.

BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madri: La Muralla, 2001. 323 p.

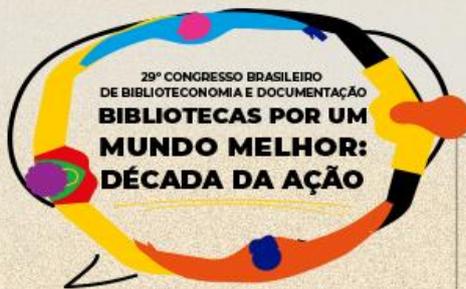
CAMPOS, Ana Claudia Borges; MIGUEL, Marcelo Calderari; SILVEIRA, Rogério Zanon da. Aplicação do modelo SERVQUAL na Mostra coletiva 'Gemologia - da Ciência à Arte'. **Expressa Extensão**, Pelotas, n. 02, v. 22, p. 37-56, jul/dez, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/ee.v22i2.11519>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FERNANDES, Yrama; CANDAU, Vera. Direitos Humanos, Diferenças E Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 01, p. 40-56, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13436. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13436>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MIGUEL, Marcelo Calderari. Libertário Ser da informação: entre costuras e simbólicos retalhos. *In*: MIGUEL, Marcelo Calderari. Não é assistencialismo, mas um direito legal: uma pauta à biblioteca prisional para todo e qualquer apenado. **Revista Letras Raras**, v. 10, n. 4, dez. 2021, p. 268. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1919>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; CULLETON, Alfredo Santiago. **As fases e as dimensões da vida**. Lia, mas não escrevia: contos, crônicas e poesias [recurso



eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, [2014]. p. 158-161, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98562>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

REAL, Juliana de Oliveira Villa et al. Desenvolvimento da Carreira: Responsabilidade da organização ou responsabilidade do indivíduo? 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/etc/conferencias/index.php>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SOUZA, Mayk. **Por Que Os Direitos Humanos São Importantes?** Plataforma digital Mídia 4P: coletivo de Entidades Negras – CEN, Salvador, out. 2019. Disponível em: <https://midia4p.cartacapital.com.br/por-que-direitos-humanos-sao-importantes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.